

Caminhos para o Brasil se consolidar como potência agrossocioambiental

» RACHEL BARDY PRADO
Pesquisadora da Embrapa Solos

» GERHARD ERNEST OVERBECK
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Brasil tem uma agricultura pulsante e crescente, responsável por quase um terço do PIB do país e pela produção de 25% dos produtos do agronegócio mundial. A agropecuária brasileira também é bastante diversa, incluindo diferentes escalas e sistemas de produção. A agricultura familiar é responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e, segundo o IBGE, foi responsável, em 2017, por 74% da mão de obra no campo. Há ainda que se reconhecer a contribuição do conhecimento de mais de 250 povos e comunidades tradicionais para a produção agropecuária e extrativismo, lembrando que diversas espécies cultivadas e comercializadas pelo país foram domesticadas por eles.

De forma complementar, o Brasil é detentor de uma megabiodiversidade e riqueza de paisagens e ambientes naturais que fornecem a base para essa imensa produção agropecuária. Tem 20% da biodiversidade mundial, com mais de 40 mil espécies de fungos e plantas nativas e mais de 100 mil espécies animais. Nos seus seis biomas, o país possui uma diversidade de ambientes com climas, relevos e solos diferenciados, sendo detentor de 13,7% de toda a água doce e 20% da água subterrânea disponível no planeta, que acrescentam riqueza e possibilidades de aproveitamento da biodiversidade em prol do bem-estar humano.

Por tudo isso, o Brasil é um dos únicos países com potencial de conciliar a agricultura e a conservação ambiental para assegurar sua soberania alimentar, diversificação e qualificação de mercados sustentáveis, ampliar a competitividade da agropecuária frente às novas exigências de mercados internacionais, agregar valor aos produtos e renda aos produtores vulneráveis no campo e se tornar uma potência global agrossocioambiental, de forma justa e sustentável.

Para que essa possibilidade de ouro se concretize, no entanto, é preciso romper com a visão equivocada de que a conservação da biodiversidade e dos ambientes naturais é antagônica à produtividade agropecuária. A ciência aponta caminhos possíveis. São justamente os benefícios advindos dos ecossistemas que propiciam as atividades humanas, em especial a agricultura, que depende diretamente do capital natural, incluindo a biodiversidade. A abordagem dos serviços ecossistêmicos, como esses benefícios são chamados, está cada vez mais presente nas agendas de governos e empresas, evidenciando a estreita relação entre a agricultura, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.

As culturas agrícolas brasileiras dependentes de polinizadores (pássaros, morcegos e insetos) correspondem a 55% do valor monetário anual da produção nacional, o que ressalta a importância do serviço ecossistêmico de polinização. O desmatamento e as queimadas, que reduzem os ambientes naturais, bem como o uso intensivo de agrotóxicos, têm causado a redução dos polinizadores, o que afeta diretamente a produtividade agrícola. A manutenção da biodiversidade é também essencial no controle da ocorrência de pragas e doenças, que têm sido intensificadas com as mudanças climáticas, implicando em prejuízos econômicos e novos desafios.

A produção agrícola demanda mais da metade da água consumida no país, e, para que haja água disponível e de boa qualidade, é preciso proteger a vegetação nativa em áreas prioritárias estabelecidas por lei, além de fazer o manejo adequado do solo e da água, evitando-se processos erosivos, degradação do solo e perda de nutrientes.



O aumento da vegetação nativa na propriedade rural — por exemplo, com a adoção de sistemas mais sustentáveis, como a integração lavoura-pecuária-floresta ou sistemas agroflorestais — torna a paisagem rural multifuncional, isto é, favorável ao abrigo, deslocamento e alimentação de animais, à dispersão de sementes e pólen e contribuindo para a oferta de outros serviços ecossistêmicos para além da provisão de alimentos, fibras e energia. Exemplos são os serviços de regulação do clima, ciclagem de nutrientes e aumento da fertilidade e do estoque de carbono nos solos ou ainda os serviços culturais relacionados ao turismo e lazer.

Um estudo da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES), em fase de finalização, elaborado por mais de 70 cientistas de 41 instituições de pesquisa e ensino de

diferentes biomas brasileiros, traz informações robustas sobre como aliar a prática da agricultura com a conservação ambiental e ampliar a resiliência do setor às mudanças climáticas. Um Sumário para Tomadores de Decisão que sintetiza o conteúdo desse estudo foi lançado em julho de 2024, com o intuito de influenciar gestores e lideranças das esferas pública e privada na tomada de decisão com foco na sustentabilidade e nos benefícios mútuos entre agricultura, biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

O estudo traz experiências exitosas e diferentes soluções para o fortalecimento da governança e políticas públicas voltadas à redução das pressões sobre o capital natural e maior resiliência do setor agropecuário frente às alterações climáticas. Caminhos necessários e irreversíveis que o Brasil precisa trilhar.

Luanda

» FRANCISCO AIRES AFONSO FILHO,
TATA NGANGA NGUNZETALA
Graduado em teologia e pedagogia,
pós-graduado em direito administrativo
disciplinar

A beleza salta aos olhos na baía de Luanda! Altos e modernos prédios, centros de compras, museus, como o da Moeda, o lindo prédio do Banco Central de Angola, monumentos e esculturas, e a vista da fortaleza de São Miguel, de onde se vislumbra a ilha do cabo, ou ilha de Luanda, uma estreita nega de terra, com atuais 7 quilômetros de comprimento.

A ilha tem grandes significados para a própria identidade de Luanda e de Angola, formando uma barreira que possibilita a formação da baía e era a base dos seus habitantes nativos, os axilunda. Lá se conserva a tradição de culto à kyanda e kituta, presenças míticas assemelhadas às sereias da cosmogonia dos povos que ali habitam, influenciando na vida diária da comunidade.

O festival do Kakulu, preservado até hoje pelas mães do xinguilamento, as bessangana, pode ter sido a influência que fez com que a festa de Yemanjá, devido à semelhança mítica, se tornasse uma grande celebração nos rios, mares e lagoas em todo o Brasil. Yemanjá tem referência na cosmogonia e formação da identidade dos povos yorubás (atualmente Nigéria e parte do Benin), mas com alguma semelhança mítica com as landa (plural de Kyanda) pode ter gerado relativo sincretismo intercultural e mítico, aproximando identidades transcendentais e ancestrais na diáspora africana no Brasil.

Luanda, fundada como posse portuguesa em 1575, pelo capitão de fragata Paulo Dias Novais, com o nome de São Paulo de Luanda, foi base do processo colonizador, fazendo da região um centro de escravização e comércio de africanos e exploração das riquezas naturais, resultando grandes riquezas para a família Dias Novais e seus descendentes, tanto em Angola quanto em Portugal e no Brasil.

Angola, antes da chegada de Novais, era território organizado em sistemas sociais e políticos avançados. Tinha comércio com outros povos e, por isso, é importante se falar em posse portuguesa, sob uma perspectiva colonizadora, não de uma descoberta.

Hoje, a capital Luanda, que fala português oficialmente, com a presença de povos e línguas estrangeiras, como o francês e inglês, também mantém línguas nativas, como o kikongo, kimbundu, tchokwe, umbundu, ngangela, lingala e tantas outras línguas que se uniram ali por motivos históricos.

Luanda também é um lugar mítico na umbanda e no candomblé angola-kongo do Brasil, que se referencia em Luanda (ou Aruanda, Aluanda) como a sua origem e seu ideal de saudade e de retorno ancestral. Tem o cheiro moderno de uma sociedade diversa e cosmopolita, que luta pela justiça social, com grandes concentrações de renda e um grande desafio social de inclusão da massa excluída das riquezas do país, coisa que nós, brasileiros, conhecemos bem.

Mas também tem o cheiro ancestral do óleo de palma (azeite de dendê), do funji (um angu em ponto de polenta) de milho branco, amarelo ou de mandioca/bombó, do bombó assado (mandioca), do jinguba (amendoim), da muamba de peixe, frango ou galinha rija (caipira) que acompanha a funji, da moqueca, do calulu, do mufete e da banana pão assada e das praças (feiras) em que se encontra tudo, desde roupas, móveis, frutos e raízes tradicionais, alimentos modernos/estrangeiros e elementos usados na medicina e ritos tradicionais pelos/pelas gincanas, kimbandas, curadores, xinguilares e kilambas.

Os grandes prédios modernos e os monumentos coloniais nos lembram de tudo que ali se desenvolveu. Aquela orla foi cenário do embarque de milhares de crianças, adolescentes, homens e mulheres, para serem escravizados e produzirem riquezas para os colonizadores. O pôr do sol tem uma nostalgia secular e uma cobrança histórica das almas que dali partiram para um destino incerto e plantaram suas raízes de resistência nas diásporas africanas que, até hoje, resistem e mantêm uma saudade ancestral de Luanda.

Alento tributário para a inclusão digital

» MARCOS FERRARI
Presidente-executivo da Conexis Brasil Digital

O Brasil fechou julho de 2024 com cerca de 345 milhões de contratos de telecomunicações, número bem superior à população do país, que, segundo atualização do Censo de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto, atingiu 212,5 milhões até 1º de julho deste ano. Do total de acessos, 260 milhões são de celulares, outros 50 milhões são banda larga fixa e o restante se dividiu entre acessos de telefonia fixa e TV por assinatura. Temos mais usuários do que qualquer outro setor econômico, cenário que reafirma a importância da conectividade no dia a dia dos brasileiros.

Esse expressivo avanço foi consequência dos fortes investimentos realizados pelas empresas do setor a partir da adoção de um estratégico e ousado plano de expansão. Apesar de todo esse esforço, o Brasil ainda registra desigualdades na distribuição dos acessos — o que afeta principalmente os brasileiros de baixa renda. Pesquisa do IBGE sobre orçamento familiar aponta que as famílias com ganhos de até um salário mínimo comprometem 11,5% da sua renda com serviços de telecomunicações. Além

disso, na mesma faixa de renda, 22% não têm acesso à internet, mesmo com o custo do serviço no Brasil figurando entre os mais baixos do mundo.

A inclusão digital é uma das principais bandeiras defendidas pela Conexis e por suas associadas, por entenderem que o Brasil precisa de uma política pública que promova a inclusão digital de forma definitiva, o que, certamente, terá reflexo no acesso à educação, à saúde, à informação, à bancarização, enfim, a todos os benefícios que a tecnologia permite, principalmente nas camadas sociais de baixa renda.

Hoje, quase 30% do valor da conta de telecom são tributos, a carga tributária do setor no Brasil é a terceira maior do mundo (29%) e o cashback na mesma base de energia elétrica, água, esgoto e gás natural é fundamental para que o serviço chegue a mais brasileiros. Seria um alento tributário na conta da população mais vulnerável.

Estudo da PGA Consultoria sobre as telecomunicações e a Reforma Tributária, em discussão no Congresso Nacional, indica que a inclusão de serviços de telecomunicações no

cashback de 100% para a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e 20% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a mesma prevista para os serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás natural, teria impacto praticamente nulo, de 0,01 ponto percentual, na alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Uma variação tão pequena que sequer é computada pelo Simulador de Imposto sobre Valor Agregado lançado pelo Banco Mundial.

Os serviços de telecomunicações são fundamentais para o desenvolvimento econômico e têm papel relevante na redução das desigualdades sociais. É preciso, portanto, entender que inclusão digital é um serviço essencial em um mundo marcado por profundas transformações tecnológicas. Diferentes setores da economia estão trabalhando com o governo federal e o Congresso Nacional para construir uma Reforma Tributária que atenda às principais necessidades da população. A defesa da ampliação do cashback ao setor de telecomunicações diz aos mais pobres que eles não ficarão fora desse esforço.